

SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO (Org.)

*Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho.*

Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010, 195p.

LUCIENE PEREIRA CARRIS CARDOSO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

254

Por ocasião do quinquagésimo aniversário da fundação de Brasília, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) editou um volume especial ricamente ilustrado, intitulado *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho*. Organizada por Nelson de Castro Senra, pesquisador do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, a obra coletiva recupera a história das comissões que estabeleceram a localização da capital federal, desvendando a contribuição do IBGE naquele processo. Além de um texto introdutório de Nelson Senra e da apresentação assinada pelo presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, a publicação reúne as contribuições de especialistas distribuídas em duas seções: a primeira denominada “O local da capital”, e a segunda, “O início da capital”.

Inaugura a primeira parte da obra o texto da pesquisadora Nísia Trindade Lima, da Casa de Oswaldo Cruz. Com o título “Brasília: a capital no sertão”, ela apresenta as origens do desejo de transferência da capital e as conclusões de três comissões incumbidas da tarefa: a de Luiz Cruls, a de Djalma Polli Coelho e a de Aguinaldo Caiado de Castro e José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. A autora revela que o sonho de transferir a capital federal para o interior do território tinha suas origens no passado colonial, em especial nos movimentos de independência. No século dezenove, o diplomata e historiador Francisco Adolpho de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, seria um dos principais defensores desse intento. A autora assinala que as vantagens enumeradas pelo Visconde, tais como as condições favoráveis do clima salubre, ao lado das conveniências estratégicas e demográficas, apareceriam em trabalhos publicados desde o fim dos oitocentos até a inauguração de Brasília em 1960. A localização ideal definida por Varnhagen, como bem assinala Nísia, o triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre d’Armas se tornaria também referência para todos os projetos posteriores.

Já no regime republicano, a constituição de 1891 determinava a demarcação da futura capital federal. Por isso, no ano seguinte, seria criada a Comissão Exploradora do Planalto Central sob a chefia do astrônomo Luiz Cruls. Segundo Nísia, o sentido da transferência da capital nos primeiros anos do regime republicano estaria atrelado a um debate mais amplo de incorporação dos sertões brasileiros e teve seu expoente maior em Euclides da Cunha. A repercussão

dos trabalhos realizados pela Comissão Cruls e do relatório oficial pela imprensa apresentavam um diagnóstico positivo das condições encontradas no Planalto Central. Anos depois, a percepção sobre os sertões ganharia outro olhar, como aponta a autora. A descoberta da doença de Chagas e a ressonância das expedições científicas promovidas pelo Instituto Manguinhos em apoio às atividades da Inspetoria de Obras contra as Secas ao longo do rio São Francisco e de regiões do Nordeste e Centro Oeste mostrariam “um Brasil ignorado e doente”.

Mas a discussão sobre a transferência da capital retornaria à pauta da agenda do Governo somente em 1946. A nova carta constitucional previa a criação da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital. Liderada pelo general Djalma Polli Coelho e constituída por integrantes do Conselho Nacional de Geografia, o comitê não chegaria a uma conclusão unânime, era uma questão essencialmente política, a ponto de dividir opiniões. Um grupo defendeu uma área localizada no Triângulo Mineiro, e outro, a área determinada pela Comissão de 1892, o chamado Quadrilátero Cruls. Anos depois, em 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, seria instituída uma nova comissão, sob a chefia do general Aguinaldo Caiado de Castro, substituído pelo marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque por ocasião da trágica morte do presidente. Quando Juscelino Kubitschek assumiu a presidência em 1956, a área já havia sido definida, e seguindo as recomendações do seu programa de governo, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital substituiria o comitê anterior, concentrando suas preocupações nas endemias rurais e a sua relação com o desenvolvimento. De todo modo, Nísia Trindade Lima conclui que as missões sucessivas ao interior do país contribuíram para o melhor conhecimento sobre o território nacional, para a ocupação do centro-oeste, alterando o mapa político, bem como para o imaginário nacional sobre aquela parte da nação.

No artigo seguinte, “A Comissão Cruls e o projeto de mudança da capital federal na Primeira República”, a historiadora Moema de Rezende Vergara, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, esmiúça os processos de trabalho e os principais resultados da comissão chefiada pelo astrônomo belga Luiz Cruls nos primeiros anos da República. As resoluções da carta magna de 1891 previam uma área de cerca de catorze mil e quatrocentos quilômetros quadrados para a nova capital. Para tanto, organizou-se a Comissão Exploradora do Planalto Central, que, no período 1892 e 1893, realizou um vasto levantamento da região, trazendo à baila informações de caráter topográfico, climatológico, hidrográfico, geológico, da fauna e da flora, em prol de seu desenvolvimento econômico. Já entre os anos de 1894 e 1895, após uma breve interrupção, retornariam as atividades de campo sob o nome de Comissão de Estudos da Nova Capital, com o objetivo de concluir os trabalhos topográficos, realizando a triangulação da região. Partindo da análise dos relatórios oficiais emitidos pelas comissões, Moema verifica que a primeira missão estabeleceu o perímetro da área, enquanto a segunda, o seu mapeamento.

Ao investigar o processo dos trabalhos de delimitação, observou que a escolha por Luiz Cruls, então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro e professor de geodésia da Escola Militar, não foi aleatória. Havia uma estreita relação entre o conhecimento astronômico e os trabalhos de delimitação, uma vez que, para realizar a demarcação de uma dada região, era necessária a aplicação da astronomia de posição. Utilizando-se da metodologia aplicada pelos Estados Unidos desde o século XVIII, com o objetivo de evitar possíveis litígios entre os estados limítrofes, Cruls produziu uma figura geométrica, um quadrilátero. A metodologia empregada envolvia a aplicação do processo do caminhamento, da utilização de instrumentos técnico-científicos, tais como o podômetro, a bússola e o aneroide, além do registro diário do itinerário percorrido na escala de um para um milhão. Seja como for, a construção do território brasileiro foi um processo dinâmico que envolveu as ações do Estado, as expedições científicas e o uso de novas tecnologias, a exemplo das estradas de ferro e do telégrafo, como inferiu a autora: um diálogo entre as práticas científicas e as preocupações gerais da Primeira República.

Em seguida, o texto “Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos, militares e a localização da nova capital” é de autoria de Sergio Nunes Pereira, professor de geografia da Universidade Federal Fluminense. O objeto de sua análise é a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, dirigida pelo general Djalma Polli Coelho entre 1946 e 1948. Ele examina as expedições geográficas do Conselho Nacional de Geografia, ressaltando a contribuição de Christovam Leite de Castro, Fábio de Macedo Soares, ao lado dos consultores estrangeiros Francis Ruellan e Leo Waibel e das atividades do Conselho Nacional de Estatística, emanadas por Mário

Augusto Teixeira de Freitas, em especial as suas reflexões sobre o processo e o resultado geral dos trabalhos da Comissão. Ao investigar a formação dos integrantes da Comissão, o autor observou que ela era predominantemente constituída de técnicos com formações específicas, diferindo da Comissão Cruls, em que prevaleciam os cientistas. Assim, ele configurou com estatísticos, os quadros técnicos do Conselho Nacional de Estatística; com geógrafos, os vinculados ao Conselho Nacional de Geografia; e com militares, o presidente da Comissão, o diretor do Serviço Geográfico do Exército, ao lado dos oficiais de Estado-Maior. Revela que a variedade de especializações dos membros demonstrava que o problema da localização exata da futura capital envolvia algumas singularidades, tais como clima, salubridade, fertilidade, disponibilidade de recursos naturais e facilidade de acesso à região.

Segundo o autor, as pressões dos políticos goianos e mineiros pela localização da nova capital reproduziam-se no interior da Comissão, apesar da apregoada neutralidade técnica. Havia alguns pontos divergentes entre os seus integrantes, parte deles defendia a valorização técnica do sítio onde se ergueria a nova capital, enquanto outro grupo comprometia-se com o pensamento geopolítico baseado na ideia de posição, a região mais central e mais interiorizada. Mas as dissensões não atrapalharam a realização das expedições geográficas organizadas pelo Conselho Nacional de Geografia. Algumas questões eram tangenciadas, discutia-se a possibilidade de a capital ser agregada ao ecúmeno, beneficiando-se de algumas comodidades existentes, ou se deveria ser localizada “na boca do sertão”, um centro de colonização e irradiação até o sertão ou interior, como bem definiu Francis Ruellan. Porém, preponderaram as ideias marcadamente autoritárias do general Polli Coelho. Ele defendia “a solução histórica” proposta pela Comissão Cruls, obedecendo-se a um diagnóstico estritamente geopolítico de defesa da segurança do Estado Brasileiro. De todo modo, apesar dos questionamentos e dos sucessivos trabalhos de gabinete e de campo, em que outras opções eram discutidas, o denominado Quadrilátero Cruls seria aceito, mas a área seria ampliada para cinquenta e dois mil quilômetros quadrados.

O texto que encerra a primeira parte intitula-se “Brasília, codinome Vera Cruz: a comissão engenheira que fundou as bases da construção da nova capital”, de autoria do engenheiro Luiz Henrique G. Castiglione da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ele recupera a essência dos trabalhos da Comissão de Localização da Nova Capital Federal (CLNCF) entre 1953 e 1956, inicialmente presidida pelo general Aguinaldo Caiado de Castro no segundo governo de Getúlio Vargas e, em seguida, pelo marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque no governo interino de Café Filho. A Lei 1803, promulgada em janeiro de 1953, determinava a investigação da área definida anteriormente pela Comissão de Polli Coelho. Em outras questões, seguindo as recomendações estabelecidas, tais estudos deveriam abranger o clima, a salubridade, a topografia, o acesso ao abastecimento de água e energia elétrica e a acessibilidade às vias de transportes. O resultado final seria a escolha da área para o estabelecimento da nova capital entre os cinco sítios selecionados.

Como aponta Luiz Henrique, o general Caiado, então chefe do Gabinete Militar, atuaria de forma pragmática e objetiva no direcionamento da Comissão, apesar da pouca crença do presidente Getúlio Vargas na mudança da capital. Uma das principais medidas tomadas pelo general seria a contratação da empresa Cruzeiro do Sul, para a realização do levantamento aerofotogramétrico, e da firma norte-americana Donald L. Belcher Associates Inc., para proceder aos estudos e à seleção dos cinco sítios. O emprego de novas técnicas e metodologias, tais como a fotoanálise e a fotointerpretação das fotografias aéreas, constituía uma novidade para a época, pois se reduzia o tempo de pesquisa e o custo financeiro das incursões de campo à região, diferentemente dos trabalhos realizados pelos comitês anteriores. Com o falecimento de Vargas, a presidência da Comissão transferiu-se para o marechal José Pessoa, que ensejava uma reestruturação formal da CLNCF. Logo de início, ele determinou a sua instalação no Rio de Janeiro em duas salas cedidas pela Comissão do Vale do São Francisco, bem como a elaboração de um plano de ação que se destacava pela criação de subcomissões compostas por técnicos especializados, notadamente engenheiros. Em abril de 1955, após o exame criterioso dos sítios indicados pela empresa norte-americana, o corpo deliberativo da CLNCF elegeu o Sítio Castanho, região avaliada favoravelmente pela Belcher. Preocupado com o possível movimento especulativo imobiliário da área que abrangia a futura capital, com o apoio do governo de Goiás, o marechal promoveu a desapropriação de todas as áreas de interesse, o que permitiu a “invasão das máquinas” e a construção da nova capital no governo de Juscelino Kubitschek. Após divergências com o presidente Juscelino, o marechal afastar-se-ia da CLNCF em 1956. A nova capital retomaria o nome de Brasília, sugerido por José Bonifácio em 1823, abandonando o codinome de Vera

Cruz, idealizado por ele. Como salienta o autor, o mérito da Comissão foi ter dado condições a Juscelino de construir Brasília num só mandato.

Na segunda parte da obra, duas ações do IBGE no tempo da construção de Brasília foram alvo da pena dos pesquisadores ibgeanos Luiz Antônio de Pinto Figueiredo e Mauro Lambert Ribeiro. No artigo "Em 1959, o censo experimental na alvorada de Brasília", Luiz Antônio historia a ocupação demográfica do estado de Goiás e da área que seria Brasília, examina os resultados daquele censo e analisa o significado da criação da nova capital e a sua relação com o processo de ocupação do oeste brasileiro. O levantamento experimental realizado na futura capital constituía um pré-teste para o censo demográfico que seria realizado no ano seguinte no país. Luiz Antônio constatou que a migração para a nova cidade iniciou-se em 1956 com os primeiros candangos, como eram chamados os operários que construíram Brasília. Salienta que o interesse de se conhecer de uma maneira mais ampla a situação demográfica da nova capital induziu ao emprego de novos processos metodológicos e operacionais, a exemplo do procedimento de amostragem no levantamento das diversas características da população. Já em "Geografia de esperança: a Reserva Ecológica do IBGE e a nova capital", Mauro Ribeiro trata da cessão ao IBGE, em 1961, da gleba Roncador, onde atualmente se realizam estudos do bioma cerrado, em suas variadas espécies de flora e fauna. As investigações ali desenvolvidas transformaram a entidade em referência nacional nas áreas de conservação e de pesquisas ecológicas, cooperando com mais de cento e cinquenta instituições nacionais e estrangeiras. A área da Reserva Ecológica, situada na bacia do Lago Paranoá, foi concebida inicialmente como "faixa sanitária" para proteção de mananciais hídricos da nova capital. Desde a sua fundação, a região seria usada como campo de treinamento de práticas geodésicas e topográficas, contribuindo para a formação de diversos profissionais.

Ainda enriquecem a edição os testemunhos de Cybelle de Ipanema, Pedro Pinchas Geiger e Walker Roberto Moura. Em "Uma candanga antes dos candangos: vivências de uma expedição geográfica", a professora Cybelle desvela as suas memórias na participação da expedição geográfica em 1947, liderada pelo geógrafo francês Francis Ruellan. A expedição abrangeu a área que corresponde à região desde o Triângulo Mineiro até a Chapada dos Veadeiros em Goiás. O segundo testemunho "As expedições geográficas do IBGE" coube ao geógrafo Pedro Geiger, que traçou um panorama sobre as expedições geográficas do IBGE, em especial a sua participação na excursão ao Jalapão em 1943. Por último, sob o título "Um candango ibgeano", Walker Moura revela as transformações que a cidade atravessou desde a sua fundação, bem como a sua admissão como técnico do IBGE. Além dos artigos, Marco Aurélio Martins Santos, pesquisador do Centro de Documentação e Disseminação Institucional, apresenta os perfis de alguns personagens centrais que contribuíram para a concretização do sonho de Brasília. Nesse rol foram delineados os perfis biográficos de Luiz Cruls, Djalma Polli Coelho, Aguinaldo Caiado de Castro, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Francis Ruellan, Fábio de Macedo Soares e Leo Waibel.

Acrescem-se à obra, quatro textos em anexo: três de autoria de Mário Augusto Teixeira de Freitas e outro de Allain Ruellan, filho de Francis Ruellan. Extraídos do relatório "A localização da nova Capital da República", publicado em 1948, os escritos perfilados de Teixeira de Freitas aludem a duas correspondências e uma entrevista dada ao periódico *Diário Trabalhista* em 1948. Quanto à primeira missiva de 1946, trata-se de um discurso realizado na Assembleia Constituinte dirigida ao deputado João d'Abreu, representante do Estado de Goiás. A seguinte, datada de 1947, discorre sobre o relatório preliminar enviado pelo general Djalma Polli por ocasião da localização da região central pela Comissão de Localização da Nova Capital. Os três documentos, escritos no calor do momento são marcados pelo tom de defesa da transferência da capital federal. Para finalizar, o artigo de Allain Ruellan, originalmente publicado em francês, reconstrói o papel das expedições geográficas na localização da capital, especialmente as realizadas em 1947.

A título de conclusão, destaco que a obra é uma contribuição valiosa para a história do Brasil, sobretudo para a história das ciências. Os trabalhos apresentados na coletânea elucidam como se estruturaram as comissões que objetivaram a localização da área onde seria construída Brasília. Um processo que envolveu a ação do Estado e o uso de técnicas modernas, ao lado de interesses políticos nem sempre convergentes. Podemos concluir que as expedições rumo ao Planalto Central colaboraram para o melhor conhecimento do *hinterland* nacional, bem como para o processo de ocupação daquela área, além de cooperar na formação de um imaginário sobre a construção de Brasília.